

Jornada de Trabalho de Promoção da Segurança e Defesa da Mulher - Brasília/DF, 16/08/2019

Conduzida pela Senasp, iniciativa abordará direitos da mulher e prevenção à violência doméstica

(Ministério da Justiça e Segurança Pública, 15/07/2019 - acesse no site de origem)

Estão abertas as inscrições para a Jornada de Trabalho de Promoção da Segurança e Defesa da Mulher, que acontecerá no dia 16 de agosto. O evento é uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e tem como principal objetivo sensibilizar os profissionais sobre a importância das medidas de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher nos âmbitos doméstico e familiar.

Segundo Bianca Cobucci Rosière, coordenadora de Políticas para Vítimas de Crime da Senasp, a Jornada proporcionará o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela promoção dos direitos da mulher vítima de violência, visando a conhecer as realidades locais e sensibilizar quem trabalha com a temática.

“A violência doméstica e familiar contra a mulher consiste em grave violação de direitos humanos. Apesar de avanços legislativos, os índices de violência contra a mulher permanecem preocupantes. Nesse sentido, urge tomar medidas de prevenção primária, secundária e terciária, a fim de diminuir os referidos índices”, afirmou Bianca.

Os interessados em participar do evento podem se inscrever até o dia 15 de agosto pelo e-mail cgps.senasp@mj.gov.br, enviando nome completo, CPF e um telefone para contato. Foram disponibilizadas 120 vagas.

O público-alvo do evento são guardas municipais, policiais militares, policiais civis, policiais federais, defensores públicos, magistrados, procuradores, promotores, advogados, equipes psicossociais-jurídicas e demais profissionais do sistema de garantia de direitos das mulheres, servidores das unidades de Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Segurança Pública.

Os participantes receberão certificado, condicionado à verificação de registro de presença nas atividades do seminário.

A Jornada é uma realização do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com os ministérios da Saúde; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; com o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais; Defensoria Pública do Distrito Federal; Central Judicial do Idoso; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Polícia Militar do Distrito Federal; Polícia Civil do Distrito Federal e Polícia Civil do Estado de Goiás.

Serviço

O que: Jornada de Trabalho Promoção da Segurança e Defesa da Mulher

Quando: 16 de agosto de 2019

Horário: a partir das 8h30min

Onde: Auditório Tancredo Neves, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília-DF

Informações sobre cobertura do evento pela imprensa serão divulgadas em breve. Para mais informações sobre a programação [clique aqui](#).

Defensora acusa juiz de expulsá-la de audiência: “Machismo”

Defensoria Pública de MT irá representar Jurandir Florêncio na Corregedoria Geral de Justiça

(MidiaNews, 15/07/2019 - [acesse no site de origem](#))

A defensora pública Rosana Leite, coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher, acusou o juiz Jurandir Florêncio, da 14ª Vara Criminal de Cuiabá, de destratá-la e expulsá-la de uma audiência no Fórum da Capital, na última sexta-feira (12).

Em entrevista à imprensa na tarde desta segunda-feira (15), ela contou que foi até a 14ª Vara Criminal para acompanhar o depoimento de uma vítima de violência sexual.

Segundo contou, o juiz afirmou que a vítima não tinha direito a uma defensora e que se Rosana quisesse continuar na audiência seria para defender o acusado.

O defensor-geral Clodoaldo Queiroz informou que vai protocolar uma representação contra o magistrado na Corregedoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

“Há cerca de um mês, uma vítima de violência sexual, que foi estuprada pelo próprio genitor, me procurou dentro da Defensoria Pública para que eu pudesse acompanhá-la no depoimento, para ela se sentir mais segura”, disse.

“Os artigos 27 e 28 da Lei Maria da Penha estabelecem que toda vítima de violência doméstica tem direito de estar acompanhada por um defensor ou um advogado”, acrescentou.

Segundo Rosana, assim que entrou na sala de audiência, Jurandir Florêncio a questionou sobre que estava fazendo ali.

“Eu disse que era defensora pública e que havia sido procurada pela vítima para acompanhá-la. Ele falou que eu não deveria estar naquele lugar, porque não havia necessidade da vítima ter uma defensora. Mas eu insisti, citando os artigos 27 e 28”, disse.

“No entanto, ele [juiz] disse que só me aceitaria naquele lugar se fosse para defender o agressor. Eu insisti mais uma vez, mas ele foi enfático: ‘Aqui a senhora não vai ficar, peço que a senhora se retire agora, porque não há necessidade da presença da senhora’”, relatou.

Chorando, a defensora disse que foi vítima de machismo.

“Eu sai da sala de audiência muito triste. Quem me conhece sabe que dedico a minha vida à proteção das vítimas de violência doméstica, justamente em razão de tantas violências que eu vejo as mulheres passarem. E, infelizmente, nessa data esta defensora pública também foi vítima de machismo em razão de naquele lugar só caber a defesa para o réu, e não para a vítima, mesmo os artigos 27 e 28 dizendo que a vítima deve caso queira ser acompanhada por um defensor público ou um advogado”, afirmou.

“A postura dele demonstra o tamanho do machismo que nós mulheres convivemos. Me senti extremamente triste, fragilizada em não poder acompanhar uma vítima que me procurou, que estava depositando toda confiança no meu trabalho”, pontuou.

Representação

Segundo Clodoaldo Queiroz, a atitude do magistrado caracteriza “abuso de poder”.

“Nós vamos tomar as providências convencionais que o caso requer, afinal pelo o que foi relatado houve impedimento do exercício da função da defensora pública, por isso vamos encaminhar para o conhecimento da Corregedoria Geral de Justiça, para que as medidas convencionais sejam tomadas”.

Clodoaldo ressaltou que também irá pedir à Justiça a anulação da audiência, para que o caso não fique impune.

“Nosso principal objetivo é expor o ocorrido e dizer para as mulheres para que busquem a Defensoria sempre que necessário, e mesmo que a própria Defensoria encontre barreiras em função desse tipo de postura, nós não desistiremos”, pontuou.

Por THAIZA ASSUNÇÃO BIANCA FUJIMORI

Leia também:

[*Corregedor cobra providências em caso de defensora expulsa de audiência \(CNJ, 17/07/2019\)*](#)

[*Defensora que advogava para vítima de estupro alega ter sido expulsa de audiência e denuncia juiz por machismo em Cuiabá \(G1/MT, 16/07/2019\)*](#)

[Em formato interativo inédito, Mapa da Violência de Gênero reúne dados e leis](#)

sobre violência contra mulheres e população LGBT+

Criada pela Gênero e Número com apoio da ALTEC, plataforma apresenta registros de agressões por localidade e permite cruzamento online de grande volume de dados

Em média, na última década foram assassinadas por dia no Brasil 12 mulheres - dentre elas, as mulheres negras são as maiores vítimas. Outros tipos de violência recaem especialmente sobre as mulheres: elas foram vítima de 90% dos 73 estupros cometidos a cada dia em 2017. Dados como esses, que revelam o processo acentuado de violência de gênero no Brasil, estão agora mais acessíveis.

Realizado pela Gênero e Número e apoiado pela Alianza Lationamericana para la Tecnología Cívica (ALTEC), o [Mapa da Violência de Gênero](#), em formato interativo inédito, disponibiliza as duas maiores bases oficiais de dados sobre violência do país - a do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) e a do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) - abrindo múltiplas possibilidades de pesquisa a partir de um grande volume de dados. A ferramenta de busca é acompanhada por textos e visualizações que ajudam a analisar o cenário de cada uma das 27 Unidades Federativas. O Mapa é resultado de um trabalho de pesquisa de um ano, com metodologia desenhada pela especialista em violência de gênero Wânia Pasinato e executado por uma equipe multidisciplinar da GN.

Acesse: www.mapadaviolenciadegenero.com.br

Até então manuseados principalmente por pesquisadores ou jornalistas dispostos a percorrer o caminho de solicitação via Lei de Acesso à Informação (LAI), os dados estatísticos oficiais mais importantes e abrangentes sobre violência distribuídos por sexo (feminino e masculino) se reúnem, no Mapa, ao alcance de qualquer pessoa interessada em se informar sobre o tema. As buscas comparativas para homens e mulheres, fundamentais para a compreensão das diferenças da violência quando aplicada a perspectiva de gênero, dão acesso a informações detalhadas, incluindo autoria do crime e encaminhamento judicial do caso, o que permite desenhar a trilha de diferentes tipos de violência praticados contra mulheres e população LGBT+.

As especificidades do grupo LGBT+ são abordadas em uma seção que destrincha dados de cada região, oferecendo uma leitura mais abrangente sobre as violências que acometem essa minoria. Já na seção Leis é possível conhecer a produção legislativa estadual sobre o tema para além daquelas que significaram importantes marcos nacionais, como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2002). No levantamento, feito pela Gênero e Número, estão destacados os mecanismos legais estaduais com efetivo potencial de impacto na proteção e acolhimento das vítimas e punição dos agressores.

As fragilidades na coleta, produção e divulgação desses dados no Brasil guiaram uma outra frente de trabalho do Mapa, focada em incidência. Com a proposta de fortalecer a sistematização e padronização dos dados de violência contra mulheres, um grupo formado pela Gênero e Número e as organizações convidadas ONU Mulheres e Artigo 19 abriu diálogo com o Conselho Nacional do Ministério Público para discutir as debilidades do Cadastro

Nacional de Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher, um dos principais instrumentos para a coleta desse tipo de dado. Os detalhes dessa frente de trabalho do Mapa podem ser conhecidos na página Incidência.

O Mapa nasce sobretudo com esse propósito: denunciar e exigir a produção de dados cada vez mais qualificados, que apoiem o avanço de políticas de prevenção e enfrentamento à violência. Nesse percurso, o acesso à informação e a reflexão crítica são ferramentas centrais no combate à barbárie.

Para mais informações: contato@generonumero.media

[‘Eu fui vítima de arma de fogo que nem sabia que meu marido tinha’, diz Maria da Penha](#)

A cearense que inspirou a criação da lei que leva seu nome se mostra preocupada com o decreto que prevê facilitar o porte de armas de fogo, pois o objeto é o que mais mata mulheres no Brasil

[\(O Globo, 12/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A cearense Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio, em 1983, quando ficou paraplégica. O agressor era seu marido. Sua luta de 19 anos por justiça resultou na criação da lei de proteção à mulher que leva seu nome, em vigor desde 2006.

Em entrevista ao GLOBO para comentar [os mais recentes dados sobre assassinatos de mulheres, extraídos do Atlas da Violência do Ipea](#), Maria da Penha demonstrou preocupação com a possibilidade de aprovação do decreto proposto pelo presidente Jair Bolsonaro para facilitar o porte de arma de fogo, em análise no Congresso. Entre as mulheres mortas no Brasil, a maior parte é justamente por arma de fogo.

Na avaliação de Maria da Penha, é importante também que a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, passe a se posicionar a respeito.

O GLOBO: Houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. O número é o maior registrado desde 2007. Por que as mulheres estão morrendo mais, mesmo depois de tantos anos da Lei Maria da Penha?

Maria da Penha: Quando a lei (Maria da Penha) surgiu, não havia políticas públicas (de combate à violência contra a mulher). Demorou quatro ou cinco anos para que todas as capitais tivessem políticas de atendimento às mulheres e mais um tempo até que as mulheres confiassem nessas instituições. Então, esse aumento dos casos era esperado. As mulheres começaram a denunciar porque passaram a acreditar nas instituições. Só que temos percebido

que essas políticas públicas não cresceram. Os pequenos municípios, na sua grande maioria, continuam sem.

“A mulher ameaçada precisa de mais proteção e o pretenso agressor tem de ser melhor monitorado. É uma forma de evitar mais mortes. ”

Por que a mulher negra morre mais que a branca, como mostra o Atlas da Violência?

O aumento dos assassinatos de mulheres negras vai pelo mesmo caminho do racismo. As políticas públicas foram criadas para combater a violência contra a mulher, mas o racismo não foi igualmente enfrentado. É necessário um investimento no combate ao racismo também. Essas mulheres não morrem só porque são mulheres, mas porque são negras. Essa rede que existe deve ser capacitada para atender a mulher negra e entender que mulher é mulher: seja negra, indígena ou branca, independente da sua cor.

A mulher negra tem mais dificuldades de acessar dispositivos de segurança que poderiam evitar sua morte?

Eu acredito nisso. A gente vê que nos pequenos municípios não existem políticas públicas e todas as mulheres têm dificuldades de atendimento. Nas grandes capitais essas políticas públicas existem, mas a mulher da periferia, que em sua maioria é negra, tem dificuldades de denunciar porque os equipamentos ficam distantes de onde mora. A mulher negra também pode sofrer violência institucional. Digo isso com base no descaso com que ela é atendida. Muitas vezes, ela vai denunciar um caso de violência e sua fala não ganha a devida atenção e valor.

“Fugir de uma agressão com arma de fogo é muito mais difícil porque atinge a vítima de longe. ”

Como a senhora acha que deve se combater o assassinato de mulheres no Brasil?

Tem que ter investimento em educação para que as próprias crianças que presenciam cenas de violência doméstica saibam que aquilo é errado e que existe uma lei que pode atender aquela mulher e evitar um feminicídio. A educação é essencial tanto para combater o racismo como a violência contra a mulher, como qualquer outra questão que cause danos à sociedade.

A maior parte dos assassinatos de mulheres envolve arma de fogo. Como a senhora vê a movimentação do governo para facilitar o porte de armas?

Com muita preocupação. Fugir de uma agressão com arma de fogo é muito mais difícil porque atinge a vítima de longe. A arma branca também atinge, mas a chance de ela ser atingida de forma fatal é menor. Eu tenho a impressão de que esse projeto não vai passar. Tem muitos parlamentares preocupados. Se com o estatuto do desarmamento estamos com esses números, imagina com esse decreto. Eu fui vítima de arma de fogo que nem sabia que meu agressor (o marido, na época) possuía.

“A lei foi criada para combater a violência contra a mulher, mas o racismo não foi

igualmente enfrentado. ”

Na opinião da senhora, o que precisa ser feito para reduzir essas estatísticas?

Se o Estado brasileiro continuar silente em relação à criação de políticas públicas nos pequenos municípios, não temos uma perspectiva boa, não. Por exemplo, veja a importância que é a Casa da Mulher Brasileira, que facilita a vida da mulher naquela cidade. É uma política pública que reúne em um mesmo lugar todos os equipamentos e órgãos que fazem com que a lei funcione. Atende todos os dias, 24 horas. Foi uma criação do governo federal, que começou em Campo Grande (MS), em 2015. Brasília tinha uma, mas foi desativada, assim como está ocorrendo com outras. Por falta de recursos, estão entrando em colapso. Todos os encaminhamentos são realizados sem que ela tenha de sair de um bairro para outro para levar a sua necessidade de ser protegida ou orientada adiante. A mulher ameaçada precisa de mais proteção, e esse pretense autor de um feminicídio tem de ser melhor monitorado. É uma forma de evitar mais mortes.

A crise financeira de estados e municípios prejudica esses investimentos?

O governo federal precisa ver a gravidade do número de mulheres que são assassinadas. Tem várias instituições trabalhando para mostrar esses dados e é importante que não haja redução no investimento nessas políticas públicas. Você já imaginou quantos filhos ficaram na orfandade por conta desses assassinatos? E o que o governo tem para essas crianças?

Como resolver o problema dos pequenos municípios?

Os pequenos têm de ter um Conselho da Mulher e criar política pública com um centro de referência dentro do CRAS, do posto de saúde ou de instituição de ensino. Tem de ser um lugar no qual a mulher se sinta segura para buscar ajuda e de fácil acesso. Ela não vai ser obrigada a nada (como fazer uma denúncia). Mas tem de conversar. Essa mulher pode estar vivenciando um ciclo de violência doméstica e ela não está se dando conta. A primeira violência não é uma facada. É um grito, um empurrão ou beliscão.

“A mulher negra sofre violência institucional. Ela vai denunciar uma violência e não ganha a devida atenção e valor.”

A Lei Maria da Penha passou por mudanças este ano. Como as senhora as vê?

Algumas mudanças são positivas e aconteceram pela necessidade de fazer com que a lei funcione. E foram importantes. Por exemplo, nos municípios onde não existe uma comarca, a delegada poderá pedir a medida protetiva, solicitar a prisão do agressor na ausência do Judiciário. Dentro dessa perspectiva, a mudança é válida.

No governo Bolsonaro, a Secretaria das Mulheres voltou a ter status de ministério? Como a senhora avalia a atuação dela no combate ao feminicídio?

Eu ainda não vi uma coisa palpável, algum ponto positivo ou diferencial que a ministra (Damares Alves) tenha feito na sua pasta. Não estou assim, por dentro de tudo. Mas, na questão da facilitação do porte de arma de fogo, não houve nenhum posicionamento por parte dela. Já foi falado muito sobre isso e espero que haja uma sensibilização do nosso presidente

(Jair Bolsonaro), de repensar essa conduta. As pesquisas mostram que, mesmo quem o elegeu, não está muito convencido de que essa flexibilização é boa.

“A primeira violência não é uma facada. É um grito, um empurrão ou beliscão.”

A saga de Maria da Penha em busca de justiça

Em 1983, o então marido de Maria da Penha deu um tiro em suas costas enquanto ela dormia. Como resultado dessa agressão, ela ficou paraplégica. O agressor declarou à polícia que tudo não havia passado de uma tentativa de assalto. Quatro meses depois, quando Maria voltou para casa - após duas cirurgias, internações e tratamentos -, ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho.

A perícia desmentiu a versão dele, mas o primeiro julgamento só ocorreu oito anos depois, em 1991. Ele foi sentenciado a 15 anos de prisão, mas saiu do Fórum em liberdade, pois a defesa apresentou vários recursos. O segundo julgamento só foi realizado em 1996. Desta vez, o ex-marido foi condenado a 10 anos e 6 meses de prisão. Mas, sob a alegação de irregularidades processuais por parte dos advogados de defesa, mais uma vez a sentença não foi cumprida.

O ano de 1998 foi muito importante para o caso, que ganhou uma dimensão internacional e a negligência do Estado foi denunciada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Diante da falta de medidas legais e ações efetivas, como acesso à justiça, proteção e garantia de direitos humanos a outras vítimas de violência doméstica, em 2002, foi formado um Consórcio de ONGs Feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha. Ela foi aprovada pelo Congresso anos mais tarde e, em 2006, sancionada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Por Daiane Costa

Dois terços das mulheres assassinadas no Brasil são negras. Por que elas morrem mais?

Dez anos antes, em 2007, correspondiam a pouco mais da metade (54%) das ocorrências, mostra o Atlas da Violência 2019, do Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(O Globo, 12/07/2019 - acesse no site de origem)

Marielle Franco, de 38 anos, era vereadora. Vanderléia dos Santos, 25, Elcida Ambrósio, 36, e Fabiane Lopes, 28, cuidavam da casa. Caroline Rodrigues, 36, era cabeleireira e motorista de aplicativo. Essas cinco mulheres tiveram trajetórias de vida distintas, em diferentes regiões do

país, mas têm em comum a [cor da pele](#) e a forma como morreram: são negras e foram assassinadas brutalmente. Casos como esses têm crescido como nenhum outro no país. Em 2017, foram assassinadas nove [mulheres negras](#) por dia no Brasil. Elas já representam dois terços do total de vítimas de homicídios femininos no país. Dez anos antes, em 2007, elas correspondiam a pouco mais da metade (54%) das ocorrências. Os dados são do mais recente Atlas da Violência do Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nunca se assassinou tantas mulheres no Brasil. Em 2017, morreram 4.936. Mas os homicídios de mulheres negras, segundo a pesquisa, avançaram bem mais. A alta foi de 60,5% em uma década, frente a uma expansão de 1,7% entre as não negras, grupo que reúne brancas, amarelas e [indígenas](#). Mesmo quando tirado o efeito demográfico — mulheres negras (pretas e pardas) são maioria na população feminina — a diferença é brutal. O documento mostra que, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 30%.

O período analisado é exatamente o que se seguiu após a implementação da [Lei Maria da Penha](#), em vigor desde 2006. Especialistas questionam sua eficácia junto a esse grupo mais vulnerável da população feminina.

— A mulher negra está mais presente nas camadas de baixa renda e menor nível educacional, logo vive em ambiente e condições com maior exposição à violência. Dentro e fora de casa. Essa combinação também dificulta seu acesso à Justiça e, quando ela consegue chegar, muitas vezes é vítima de [racismo institucional](#): tem mais dificuldades de ser ouvida numa delegacia e a contar com medidas protetivas, pois o patriarcalismo se junta ao racismo — analisa o especialista em segurança pública e pesquisador do Ipea Daniel Cerqueira, um dos coordenadores do estudo.

Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e outra coordenadora do Atlas, reforça a análise de Daniel. Para ela, as mulheres negras não estão sendo atingidas por políticas públicas ditas universais, como os dispositivos protetivos que vieram na esteira da Lei Maria da Penha:

— Essas políticas são concentradas nos grandes centros urbanos e a mulher da periferia, que é essencialmente negra, muitas vezes não tem como acessar. Em São Paulo, uma mulher do extremo sul da cidade tem de percorrer 25 quilômetros para acessar uma delegacia da mulher. Isso não é concebível. Muitas vezes ela não tem dinheiro para pegar condução ou trabalha 12 horas por dia. Ela não chega lá porque é negra.

Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional, cita o racismo como a principal explicação para a maior violência contra esse grupo. Ela lembra que, no Brasil, mais de 75% dos homicídios são de negros e diz que não há políticas públicas consistentes para enfrentar o preconceito.

— O racismo significa, na vida cotidiana, uma completa desvalorização. As mulheres negras morrem por causa da cor. São corpos mais matáveis para a sociedade — diz Jurema.

A diretora da Anistia lembra que a luta pela implementação da Lei Maria da Penha e de outras políticas de combate à violência de gênero foi e é de mulheres das mais diversas raças. Mas, quando a lei e os mecanismos que ela instituiu foram colocados em prática, o enfrentamento ao racismo e ao racismo institucional não foram incluídos, observa:

— Essa recusa de enfrentar o racismo institucional fez com que os mecanismos de prevenção não alcançassem as mulheres negras.

Para Samira, o equipamento público precisa chegar até essas mulheres, com programas de enfrentamento de violência nos moldes dos médicos de saúde da família, que atuam por bairros ou regiões de um município, e através de delegacias móveis. Para atacar as causas estruturais da maior vulnerabilidade das mulheres negras, ela cita medidas relacionadas ao mercado de trabalho e educação:

— Políticas preventivas levam algumas décadas para surtirem efeito, mas precisam ser implementadas. Elas dependem basicamente do Estado. Mas a sensação é que estamos indo na contramão. Quando falamos de gênero, estamos falando de ensinar na primeira infância, meninos e meninas, que eles são iguais. Enquanto não superarmos o machismo, não vamos acabar com a violência contra a mulher.

Decreto das armas preocupa

A presença de armas próximas a essas mulheres é outro fator de aumento da vulnerabilidade. Mais da metade (52%) dos assassinatos femininos no Brasil são cometidos com armas de fogo. Em maio, a Anistia Internacional Brasil lançou uma carta aberta ao presidente Jair Bolsonaro para alertar que os [decretos propostos para facilitar o acesso a armas](#) teriam como efeito colateral o aumento do número de mortes de jovens negros, mulheres e crianças.

— Estamos tentando dialogar diretamente com o presidente da República. Já pedimos audiência com ele, mas não foi possível. Esperamos que ele possa nos ouvir. Esse decreto não é solução para a violência, é um projeto de agravamento do problema. Uma arma dentro de casa é um perigo, e as mulheres negras também estão mais expostas a elas na rua. Elas vivem em comunidades onde há tiroteios e violência da polícia. É preciso enfrentar o racismo e tirar armas de circulação — defende a diretora-executiva da Anistia.

Cerqueira, do Ipea, diz que o [decreto das armas](#) é uma “aberração”. Segundo o especialista em segurança pública, uma arma dentro de casa faz aumentar em cinco vezes o risco de morte.

Por Daiane Costa

[É hora de brancos lutarem contra racismo, diz escritora Djamila Ribeiro](#)

Mesa reuniu a ativista e Antonio Prata para debater politicamente correto

[\(Folha de São Paulo, 11/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Depois de 300 anos de escravidão, o ideal seria que os negros ficassem tomando piña colada no Caribe enquanto os brancos lutam contra o racismo no Brasil, na opinião da escritora Djamila Ribeiro. Justo, “já que a gente ficou esses anos todos batalhando e vivendo o racismo”, disse ela na noite desta quinta-feira (11) na Casa Folha, durante a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty).

“Mas, como não vai ser possível, seria importante as pessoas começarem a não delegar”, afirmou. “As pessoas brancas precisam começar a entender a importância de elas debaterem racismo, elas lerem sobre isso, ter ações antirracistas nos seus espaços.”

Uma pequena multidão fez fila em frente ao espaço para assistir à conversa de [Djamila](#) com o também escritor [Antonio Prata](#), ambos colunistas da Folha, mediada pela [editora de Diversidade](#) do jornal, Paula Cesarino Costa —mesmo com o espaço lotado, o público se aglomerou para ver o debate do lado de fora.

“Ser politicamente incorreto faz sentido quando a gente vive num sistema cruel, desigual, violento. Faz sentido ser incorreto aí. Ter uma contra narrativa, ir contra a norma estabelecida”, disse Djamila. “Mas houve um esvaziamento do termo politicamente correto. Se o respeito ao próximo, à humanidade do outro, é ser politicamente correto, devemos ser.”

Para Antonio Prata, o assunto não o incomoda. “A patrulha do [politicamente](#) correto é um comentário no meu Facebook. A patrulha da Rota mata”, afirmou, em consonância com o discurso de Djamila, que afirmou que “é mais efetivo discutir segurança pública, guerra às drogas.”

Para o escritor, autor dos livros “Nu, de botas” e “Trinta e poucos”, hoje se sabe que é condenável ser machista, racista e homofóbico, mas que “as pessoas estão lutando pelo direito de serem erradas”. “Sabemos que é horrível e lutaremos pelo direito de sê-lo”.

Prata afirmou que, por um tempo, achou “nada mais saudável que haja uma coerção social” que iniba o comportamento racista, mas que o momento político atual, com ascensão de grupos conservadores no Brasil e no mundo, mostrou que “a gente tem que pensar se o discurso é eficaz, ou se é uma maquiagem que a gente coloca na frente do ódio e o ódio volta pulando o muro.”

Para Djamila, por outro lado, “isso não é novo. O Brasil é um país extremamente [conservador](#)”, afirmou. “Para grupos minoritários, esse discurso de ódio é presente na nossa vida desde sempre. Esse ódio está impregnado na construção da sociedade brasileira.”

Mestre em filosofia pela USP e escritora de “O que é lugar de fala” e “Quem tem medo do feminismo negro”, a ativista afirmou que “o debate sobre racismo é surreal. A gente é acusado de dividir, de ser sectarista e violento”, o que chamou de cansativo.

Djamila reclamou de a luta negra ser constantemente classificada como identitária por pessoas brancas que não se reconhecem também como parte de uma identidade. “Me cobram por qualquer coisa que uma mulher negra faça, ‘você viu essa negra de direita?’. Eu não vejo homem branco sendo cobrado porque Bolsonaro é presidente”, afirmou .

Consenso entre eles foi que a falta de [diversidade](#) prejudica o Brasil. “A própria elite perde com o privilégio. O mundo perde quando não tem 70% de concorrência. A literatura é pior, o cinema é pior”, afirmou Prata, que também é roteirista.

[Trans conseguem cotas e cursos em universidades, mas geram reações adversas](#)



A UNB promoveu uma Drag Race para tornar o ambiente universitário mais acolhedor, mas atraiu críticas de conservadores. CRédito: André Gomes - Secom/UnB

“Comunista, baderneiro e viado.” Muitas dessas palavras foram escritas em uma carta anônima espalhada em pontos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pouco mais de uma semana após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Além dos ataques, continha ameaças a alguns estudantes e professores da instituição. Entre os citados, está a professora Luciana Vieira, coordenadora da diretoria LGBT da UFPE – primeira universidade do país a criar, em 2015, uma diretoria específica para a comunidade no campus.

[\(UOL Tab, 11/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Outra doutrinadora perigosa é a Luciana Vieira/Sociologia. Ela apoia travecos (sic) a disseminarem a ideologia de gênero na TV da universidade. Seus orientandos também são todos degenerados”, dizia o documento apócrifo.

No mesmo ritmo em que políticas para promoção de direitos LGBT vêm mudando a cara de universidades públicas no Brasil, como as cotas para pessoas trans, crescem também mensagens de ódio e desrespeito dentro do campus. Para essas minorias, a permanência na universidade tem sido um ato de resistência.

Ao longo de 2019, a diretoria LGBT da UFPE voltou a sofrer ameaças em telefonemas anônimos. Desde então, o prédio da diretoria ganhou reforço na vigilância, e a professora Luciana Vieira passou a circular com segurança pessoal. “A violência LGBT está em todos os espaços da universidade, aqui não é uma bolha. Vivemos em um país lgbtfóbico, não seria diferente no âmbito da universidade”, diz Luciana.

Cota e inclusão

Um levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), divulgado em maio deste ano, mostra que a proporção de graduandos que não se classificam como heterossexuais não chega nem a um quinto do total. Na pergunta sobre orientação sexual inserida pela primeira vez na pesquisa, 16,4% se disseram LGBT num

universo de 63 universidades e 424 mil estudantes.

No tópico sobre gênero, os que se declaram trans representam um universo muito menor: 0,2% do total. Porém, quando agrupados todos os universitários que não se identificam como cis (homem ou mulher), a proporção é de 11,6% do total. “Tais números nos levam a pensar que a universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, tende a ser cada vez mais questionada”, diz o levantamento da Andifes na síntese dos resultados.

Estudantes com identificação trans começaram a ser incluídos nas cotas sociais na graduação desde o ano passado, mas o número de instituições com vagas reservadas para transexuais, travestis e transgênero ainda é pontual. Como não há legislação federal que regule essas cotas, as universidades têm autonomia para estabelecer novas políticas afirmativas.

Na graduação, começou com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2018, seguida pelas federais da Bahia (UFBA) e do ABC Paulista (UFABC). Em Pernambuco (UFPE), a previsão é que a resolução seja aprovada no segundo semestre de 2019. Nos programas de pós-graduação, há pelo menos 16 instituições federais e estaduais no país que já adotam cotas como política afirmativa para trans no ensino superior, segundo o Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE).

Especialista em educação, o diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Julvan Moreira, diz que as cotas públicas, assim como outras ações, são essenciais para ampliar vozes das minorias dentro do sistema educacional. “A função da universidade é reconhecer essas políticas de inserção na defesa de um público que é discriminado historicamente”, defende. No atual cenário político, afirma, é preciso cada vez mais que esses grupos ganhem espaço.

Na UFABC, onde a reserva de 32 vagas foi aprovada em outubro do ano passado, a diretora LGBT do Diretório Central dos Estudantes, Beatriz Baria, conta que foi difícil incluir as pessoas trans nas cotas sociais da universidade. “Foi um processo muito complicado, principalmente porque dentro desses conselhos existe uma bancada de professores conservadores. Essa [resolução] de reserva de vagas foi barrada várias vezes”, relata.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o pastor Tupirani da Hora entrou com uma ação popular contra a reserva de duas vagas para travestis e trans de um total de 25 na seleção de 2018 para o mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos. Líder da Igreja Geração Jesus Cristo (cujo lema é “Bíblia sim, Constituição não”), o pastor argumentou que a reserva de vagas ofende a ampla concorrência, a moralidade e a legalidade administrativa. A Justiça acabou suspendendo as vagas, em primeira e segunda instância.

Vitorioso, o pastor investiu contra as cotas sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), também no Rio de Janeiro, para suspender a reserva de vagas para candidatos trans no processo seletivo de 2018 do programa de mestrado e doutorado em Comunicação. Neste caso, a Justiça deu ganho de causa à UFF, que reserva uma vaga - adicional às 20 que oferece anualmente no programa de mestrado - para candidatos transgênero, transexuais ou travestis.

Visibilidade na universidade

“Eu sou um corpo muito visível dentro do espaço acadêmico.” Primeira travesti negra doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Megg Rayara diz que precisa provar diariamente

que é capaz de produzir ciência dentro do campus.

“O tempo todo as pessoas estão analisando aquilo que a gente fala, o que a gente escreve, que a gente produz. Se eu tenho uma produção de qualidade é mérito meu, é mérito individualizado. Mas se por acaso eu faço uma bobagem, eu faça alguma besteira, isso vai respingar no coletivo, nas outras meninas trans, nas outras travestis”, afirma Megg, hoje professora do Departamento de Educação da UFPR.

A forte presença de um movimento conservador dentro da universidade ficou clara para Megg já no processo de seleção para o mestrado. “Foram quatro tentativas. Era visível o desconforto de alguns professores quando eu chegava para fazer as entrevistas na banca. E eu nunca tinha sido reprovada na prova escrita”, lembra.

Ataques e discursos de ódio cresceram no país: a pesquisa “Violência contra LGBTQI+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”, da organização de mídia Gênero e Número, mostra que 56% das travestis, homens e mulheres transexuais afirmaram ter sofrido violência mais de três vezes durante as eleições de 2018.

Em abril deste ano, Megg Rayara foi atacada em uma página no Facebook que se propõe a unir alunos e professores da UFPR “que prezem pela moral e os bons costumes”. A professora observa que lgbtfóbicos sempre existiram, circulando no espaço educacional em todos os níveis, inclusive no meio acadêmico. O que mudou foi a validação dos ataques: “O atual governo autorizou que essas pessoas se manifestassem de forma truculenta. Um governo que coloca a educação como inimiga é um governo preocupante”, critica a professora.

Luta e resistência no campus

“Há toda uma sociedade heteronormativa que desafia nossa existência dentro da universidade”, ressalta a presidente do Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE), Andreia Cantelli. Para ela, o sistema conservador é contra toda e qualquer cota, não somente para trans. As pessoas trans são afastadas dos direitos fundamentais por não corresponderem à normatização de gênero, afirma.

Uma pesquisa feita com mais de 250 estudantes trans do país, divulgada pelo IBTE em janeiro deste ano, mostrou que as principais dificuldades encontradas pela comunidade LGBT nos espaços educacionais são a negação ao nome social, ao uso dos banheiros e a invalidação das pesquisas acadêmicas.

Na USP, banheiros ganharam adesivos após uma aluna trans ser agredida por um grupo de mulheres no banheiro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 2016. Depois do ocorrido, o conselho estabeleceu que os banheiros da universidade podem ser usados de acordo a identidade de gênero.

Desde 2015 há uma resolução da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal que garante o uso do banheiro adequado ao gênero e a adoção do nome social nas instituições de ensino. A resolução, porém, não tem força de lei. Na época, o então deputado federal Jair Bolsonaro apresentou um projeto de decreto legislativo pedindo a suspensão da regulamentação. O projeto ainda aguarda designação de relator.

A criação de diretorias de diversidade pode ter papel fundamental no acolhimento do estudante LGBT no campus, que enfrenta desde piadas e comentários discriminatórios em sala

de aula até assédio e agressões verbais e físicas dentro das universidades.

Graduando em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Gabriel Herculano lamenta não ter encontrado na instituição onde estuda um espaço que pudesse ajudá-lo quando estava em processo de transição. Homem trans, Gabriel já enfrentou muitos constrangimentos, principalmente nos banheiros da universidade.

“Já houve muitos casos de homofobia e transfobia dentro do campus e ficou por isso mesmo, pois somos invisibilizados lá dentro. O que a gente busca é informações através de outros amigos LGBTQ+, mas sabemos que não estamos amparados, não há uma política pública para isso”, critica o estudante.

A Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante da UFPB afirmou que busca amparar a comunidade LGBT a partir de algumas ações pontuais. Entre elas, citou apoio psicológico, restaurante universitário e bolsa permanência quando o estudante se encontra em vulnerabilidade social.

Na Universidade de Brasília (UnB), a criação da Diretoria da Diversidade permitiu encaminhar e acompanhar casos de lgbtphobia no âmbito acadêmico. Além de capacitação profissional, a UnB dispõe de bolsas emergenciais de R\$ 465 para estudantes desabrigados após conflitos familiares, que o aluno pode receber por até três meses. Em média, 20 estudantes por semestre recebem o auxílio.

Política orçamentária

Mas o contingenciamento de verbas das universidades públicas, no valor de R\$ 5,8 bilhões, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) vem afetando pouco a pouco algumas das políticas públicas LGBT. A primeira vítima na UnB foi um programa de formação em diversidade destinado a professores, técnicos e estudantes, cancelado por falta de recursos.

Bastante criticado pelo corte no orçamento das universidades, o ministro da Educação Abraham Weintraub justificou a medida acusando o uso indevido de verbas públicas em situações de “balbúrdia”. Em abril deste ano, o ministro afirmou que universidades como a UnB têm permitido que aconteçam eventos políticos em suas instalações, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, declarou Weintraub.



Evento sobre drag queens na Universidade de Brasília (UnB) promove a diversidade dentro do campus. Crédito: André Gomes - Secom/UnB

Os exemplos que Weintraub citou levaram a diretoria da Diversidade da UnB a emitir uma nota em defesa do evento Drag Race, realizado em maio deste ano em alusão ao Dia Internacional de Luta Contra a LGBTphobia e apontado como um exemplo de uso indevido de verbas públicas pela universidade.

“O evento foi idealizado e realizado coletivamente, sem a utilização de recursos financeiros da Universidade. O objetivo dessas ações é chamar a atenção da comunidade para a necessidade do reconhecimento e respeito às diversidades identitárias de gênero e orientações sexuais,

com vistas a reduzir as violências e violações de direitos praticados pela sociedade de forma geral”, diz a nota.

Apesar do orçamento restrito, a maioria das iniciativas promovidas pela diretoria continuam, garante a diretora da Diversidade da UnB, Susana Xavier. Na UFPE, no entanto, os cortes do MEC levaram a diretoria LGBT a adiar para o segundo semestre o lançamento do programa de rádio LGBT no Ar, à espera de uma última parcela de recursos para compra de equipamentos.

As políticas afirmativas para a comunidade LGBT, a exemplo de cotas para trans nas instituições que já adotaram tal medida, não correm risco devido à autonomia das universidades públicas. Mas todos os entrevistados concordam em um ponto: o momento não é favorável para quem é LGBT.

Solidariedade contra o preconceito

Na UFABC, o DCE busca parcerias com repúblicas que sejam acessíveis, baratas e “LGBT Friendly” a fim de amparar estudantes que enfrentam problemas dentro e fora de casa. As iniciativas se estendem a espaços dedicados a outras atividades, como o esporte. Primeiro time de futsal LGBTQ da Paraíba, o Dandara atua como um espaço de acolhimento e resistência, segundo Suellen Gentil, do curso de Tradução da UFPB. Ela diz que quer ser respeitada e valorizada como mulher lésbica e acredita que a universidade é um dos principais espaços que dispõe para quebrar preconceitos. “São práticas como essas que nós reafirmamos nossa existência. Vamos continuar lutando por uma universidade que seja mais plural e diversa.”

Por Ítalo Rômany, da agência Eder Content, colaboração para o TAB, em João Pessoa (PB)

[Vem aí: Mapa da Violência de Gênero, a plataforma interativa da Gênero e Número](#)

Em formato interativo inédito, Mapa da Violência de Gênero reúne dados e leis sobre violência contra mulheres e população LGBT+

✖ Criada pela [Gênero e Número](#) com apoio da ALTEC, plataforma apresenta registros de agressões por localidade e permite cruzamento online de grande volume de dados.

O Mapa nasce com o propósito de denunciar e exigir a produção de dados cada vez mais qualificados, que apoiem o avanço de políticas de prevenção e enfrentamento à violência. Nesse percurso, o acesso à informação e a reflexão crítica são ferramentas centrais no combate à barbárie.

Aguarde: lançamento em breve!

Para mais informações: contato@generonumero.media

Bispa Sonia: “Queremos ajudar mulheres que chegam ao altar com o olho roxo”

Uma das fundadoras da igreja evangélica Renascer em Cristo, Sonia Hernandez, atende por mês cerca de 100 mulheres pedindo ajuda para sair de uma situação de violência doméstica. “Elas nos procuram no altar com os olhos roxos, hematomas nos braços e nas pernas e relatando ameaças de morte por parte dos maridos”, diz Sonia

[\(Universa, 10/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Bispa Sonia, como é conhecida, diz ter criado um grupo de advogados voluntários para orientar essas mulheres. A evangélica também pretende implementar em suas igrejas o projeto Tempo de Despertar, aplicado na ressocialização de homens agressores. O programa, que hoje funciona em fóruns de Justiça de São Paulo, promove tratamento psicológico e grupos de conversa para homens, na tentativa de diminuir a reincidência das agressões.

O Tempo de Despertar deve ser expandido para outras duas igrejas evangélicas e ma congregação católica.

Sem saber como fazer uma denúncia, com medo do marido ou de serem, injustamente, culpadas por destruir a família ao fazer uma queixa, muitas vítimas encontram na igreja a tábua de salvação, e nos líderes religiosos aqueles que vão lhes dizer o que devem fazer. Para Sonia, muitas denominações falham nesse trabalho. “Sei que há instituições religiosas, e não só evangélicas, que fazem a mulher aceitar se calar. Isso arreventa a vida delas”, diz.

Sonia já foi um dos grandes nomes do movimento neopentecostal no Brasil. Depois de um período reclusa e outro detida, voltou a público com a eleição de Jair Bolsonaro, de quem é próxima — esteve ao lado do presidente na posse e na Marcha para Jesus, em 20 de junho. Ela e o marido, Estevam Hernandez, fundaram a Renascer em 1986 e chegaram a ter 1.200 templos (hoje são cerca de 400). A igreja entrou em derrocada por volta de 2002. Uma série de acusações criminais foram golpes duros. Em 2012, o casal foi absolvido do crime de lavagem de dinheiro pelo Supremo Tribunal Federal por causa de um erro na acusação.

“Igrejas que dizem para não denunciar estão assinando o atestado de óbito da vítima”

A negligência em casos de violência é tão recorrente, que lideranças religiosas e associações têm instruído, de maneira prática, seus integrantes a ouvir e ajudar as vítimas. O Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), que reúne as igrejas Católica, Luterana, Anglicana, Batista, Presbiteriana e Ortodoxa, divulgou um comunicado no dia 22 de junho direcionado a pastores, padres e reverendos: “Parem de aconselhar a mulher que é agredida fisicamente pelo marido a orar e esperar em Deus; mandem ela ir [até uma delegacia denunciar o covarde](#). Do contrário, vocês são cúmplices do crime”.

“Ainda há muitos religiosos que aconselham as mulheres a se calarem para ‘salvar o casamento’, mas é preciso que eles tomem consciência de que, quando pedem para a mulher

não denunciar o marido agressor, podem, na verdade, estar assinando o atestado de óbito da vítima”, diz a secretária-geral da Conic, Romi Bencke.

Outra denominação evangélica, a Igreja Apostólica da Fonte, também se dedica ao tema e realizou, no dia 6 de junho, a conferência “Empoderadas em Deus”, para falar sobre violência doméstica. “O fator religião pode confundir a vítima, que pensa duas vezes antes de denunciar pelo medo de dismantelar a família, um pilar fundamental na igreja”, afirma Rúbia de Sousa, autointitulada bispa. “Tentamos mostrar que essa culpa não é dela e a encaminhamos para psicólogas.”

“Pastora me dizia que eu não deveria me separar mesmo que ele me batesse”

Foi com uma referência à Bíblia que a pastora de uma igreja evangélica respondeu ao pedido de ajuda da dona de casa M. D., 27 anos, quando ela contou que era espancada pelo marido. “Os humilhados serão exaltados”, disse a religiosa, que ainda orientou M. a jejuar, passar sete madrugadas orando e “aguentar as humilhações” do agressor.

“Ele me dava tapas no rosto, me chamava de vagabunda, já me empurrou da cama e disse que ia passar a faca em mim. Pedi ajuda para essa líder e fiz o que ela disse, mas não resolvia. Estava morrendo por dentro”, conta M.

Ela ouvia que não deveria se separar e que tinha que ser forte e aguentar as explosões de raiva do marido, mesmo que ele a agredisse fisicamente. “Um dia, ele me segurou pelo pescoço dizendo que ia me matar. Em seguida, contei para a minha irmã, que chamou a polícia. Fui então levada a um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica”, diz M., que hoje que mora em Rondônia, em uma casa de acolhimento para mulheres agredida.

“[Depois que me separei](#), ninguém da igreja me procurou para saber como eu estava, pois eles são contra o divórcio.”

Por Camila Brandalise

ONU Mulheres tem plataformas de apoio à gestão pública sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade

Plataformas [Cidade 50- 50](#) e [Brasil 50-50](#) propõem ciclo de compromisso público entre lideranças, autoridades públicas e população com os direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade do início da apresentação de candidatas e candidatos à administração pública

Prefeituras e governos estaduais e federal contam com duas plataformas de apoio à gestão

governamental com enfoque na [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#), desenvolvidas pela ONU Mulheres Brasil. As ferramentas de apoio à administração pública foram desenvolvidas para facilitar a resposta de governos aos [17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável](#), beneficiando homens e mulheres a partir de políticas, programas e investimentos públicos voltados à igualdade em municípios, estados e em todo o país.

São ações que podem ser adotadas: criar orçamento específico para alcançar os objetivos, alinhar as políticas do governo à Agenda 2030 para eliminação das desigualdades de gênero, aumentar o apoio para organizações de mulheres, promover a participação das mulheres na elaboração das políticas públicas, assegurar o monitoramento sistemático dessas ações e monitorar o progresso na vida de homens e mulheres com base em políticas e investimentos públicos.

As duas plataformas [Cidade 50- 50](#), lançada no ano de 2016, e [Brasil 50-50](#), ativa desde 2018, propõem ciclo de compromisso público entre lideranças, autoridades públicas e população com os direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade do início da apresentação de candidatas e candidatos à administração pública - para elaboração de programas de governos com atenção aos direitos das mulheres -, até o encerramento da gestão no Executivo municipal, estadual ou federal.

“Com os ODS, os governos do mundo são convidados a traçar planos e políticas que beneficiem toda a população e para não deixar ninguém para trás do desenvolvimento. Assegurar os direitos das mulheres implica estabelecer planos de governos precisos e, muitas das vezes, arrojados para que sejam realmente eliminados os obstáculos que impedem as mulheres de acessar direitos e cidadania por meio de políticas públicas e programas sociais”, afirma a representante interina da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino.

Com mais de 208 milhões de habitantes, sendo 52% de mulheres e 48% de homens, o Brasil apresenta dados elevados de desigualdades de gênero. A renda média de mulheres é de R\$ 2.050,00 enquanto a de homens é de R\$ 2.579,00. Enquanto no mundo, cerca de 23,5% de mulheres estão no parlamento nacional; no Brasil, a representação política das mulheres é de 15% para a Câmara dos Deputados e 14,8 para o Senado.

Alterar essa realidade desigual e alcançar oportunidades e direitos iguais são propósitos da iniciativa internacional [Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero](#), elaborada pela ONU Mulheres e apoiada por mais de 90 países, entre os quais o Brasil, com enfoque na Agenda 2030.

No Brasil, a iniciativa foi adaptada à realidade do país e vem sendo discutida por gestores e gestoras de governos estaduais e municipais para implementação local. De acordo com Ana Claudia Pereira, gerente de Projetos da ONU Mulheres para Normas Globais, Governança, Liderança e Participação Política, o primeiro passo é desenvolver projetos-piloto com parcerias governamentais e consolidar os modelos de gestão mais adequados com base nesses projetos, divulgá-los em âmbito nacional e internacional e, por último, promover intercâmbio de experiências com os outros países.

“Esperamos ter muito sucesso com o programa, pois vai servir de exemplo nacional e internacional, mostrando que é possível, com poucos recursos ou redirecionamento de

recursos, fazer políticas que beneficiem homens e mulheres e que os considerem igualmente”, considera.

Cooperação técnica e assessoria especializada - O [município de Itabira](#), em Minas Gerais, e o [estado de Alagoas](#) são os primeiros a iniciarem negociações para adesão às plataformas de apoio à gestão governamental sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade.

Ana Claudia ressalta que: “A adesão de estados, cidades e municípios é importante pois demonstra uma vontade no país de trabalhar esse tema, que estamos respondendo a essa demanda da população e que há pioneiros nesse trabalho”.

Além das desigualdades de gênero, raça e etnia verificada em dados sociodemográficos, a população também sinaliza a compreensão dessa realidade e tem expectativas de mudanças por meio de políticas e investimentos públicos com enfoque em gênero e sustentabilidade. “Se a política não conseguir enxergar essa porção da população excluída e que precisa ser atendida com urgência, a política não vai funcionar. Nos dados vai ser observado que o país não avançou tudo que podia ter avançado, porque não olhou para as mulheres”, constata Ana Claudia Pereira.

Opinião pública e políticas focalizadas - Duas pesquisas de opinião pública Ibope/ONU Mulheres apuraram a percepção pública de brasileiros e brasileiras acerca de políticas focalizadas com base na igualdade de gênero. No ano de [2016](#), 75% dos brasileiros e brasileiras consideram de grande ou extrema importância que gestores, gestoras, legisladores e legisladoras desenvolvam políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens. Considerando-se apenas as mulheres, esse número cresce para 78%, enquanto entre os homens é de 71%.

Indicador de demanda por equidade de gênero em políticas - Para chegar ao inédito indicador de demanda por equidade de gênero nas cidades, as pessoas entrevistadas responderam sobre que grau de importância vereadoras, vereadores, prefeitas e prefeitos devem dar a três dimensões: mesma oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura; no mercado de trabalho e mesmos salários; e de atuação nos partidos políticos e nos governos.

Para 77% são muito/extremamente importantes políticas públicas que incentivem as mesmas oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura. 78% consideram muito ou extremamente importante que as prefeituras e câmaras municipais promovam políticas que incentivem o acesso de mulheres e homens as mesmas oportunidades de trabalho e mesmos salários. E 69% consideram muito/extremamente importante que prefeitos/as, prefeitas, vereadoras e vereadores promovam políticas visando assegurar oportunidades iguais de atuação em partidos políticos e governos para mulheres e homens.

Colaboração entre União, estados e municípios - Em 2018, 81% consideram [na pesquisa](#) ser extremamente importante que o Executivo Federal estimule o acesso de mulheres e homens às mesmas oportunidades de trabalho e mesmos salários. Em relação ao transporte público, 77% das pessoas entrevistadas consideram que deve ser alta a importância o Governo Federal fazer parcerias com estados e municípios para garantir transporte público de qualidade. No que se refere à educação pública, 83% avaliam ser de extrema importância o governo auxiliar os municípios na ampliação do número de vagas em creches.

ODS e a igualdade de gênero - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável são compromissos abrangentes, transversais e profundos, ou seja, se cumpridos, podem alterar profunda e positivamente a sociedade. Para que isso ocorra, benefícios devem ser alcançados igualmente para homens e mulheres. Apesar de existir o ODS 5, específico sobre igualdade de gênero, as mulheres estão presentes nas metas e indicadores de todos os demais 16 objetivos globais.

Um dos desafios da ONU Mulheres é a transversalização de gênero e a interseccionalidade nos ODS, ou seja, contemplar todas as mulheres e suas diferenças, que envolvem, entre muitos outros aspectos, classe, raça, etnia, cultura, localização geográfica, estado civil, religião, orientação sexual e identidade de gênero, idade e nacionalidade.

Confira:

- [Pesquisa Ibope/ONU Mulheres 2016 - indicador de demanda de igualdade de gênero nas cidades](#)
- [Pesquisa Ibope/ONU Mulheres 2018 - indicador de demanda de igualdade de gênero no país](#)

Acesse: cidade5050.org.br e brasil5050.org.br